

DIREITO E URBANISMO JUNTOS NA REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS URBANAS

Coordenador: SERGIO JOSE PORTO

Neste trabalho busco resgatar as relações entre Urbanismo e Direito, visto que as leis que pautam a organização territorial só poderão fazê-lo de forma adequada levando em consideração as necessidades espaciais dos seres humanos. Um espaço mal organizado, como vilas e tantas formas de ocupação que não respeitam os padrões mínimos de divisão de lotes e implantação de equipamentos públicos, tornam-se um foco de inúmeros problemas sociais que, inevitavelmente, transformam essas zonas em focos de violência e cenários de abandono, criando "ilhas informais" dentro da cidade formal. Espaços sem condições de desenvolvimento e estigmatizadas por suas características peculiares, por seu aspecto de abandono. Um dos maiores problemas hoje em dia é o fato de que o judiciário tende à legitimar esses espaços, da forma como são organizados desde sua implantação espontânea, sem o devido estudo de cada caso. A regularização de certas áreas, grava no espaço, de forma inalterável, as suas características espaciais, que se transformam em um estigma social. Esses locais jamais serão como a cidade formal, logo seus habitantes sempre irão pertencer à um local diferente, caracterizado pela pobreza e pelo descaso, se apresentando como "diferentes" perante à sociedade e tendo dificuldades em vários âmbitos de sua vida, seja educacional, profissional ou qualquer outro tipo de relacionamento com os demais cidadãos. Pertencer à uma vila faz com que o sujeito seja mal visto em diversos locais, dificultando seu acesso ao mercado de trabalho e a sua ascensão social, logo, se essa dinâmica não é rompida e não existe o diálogo entre pessoas de diferentes extratos da sociedade, o problema tende a crescer e a cidade - e a sociedade - tende a se dividir em duas camadas, o que agrava ainda mais os conflitos que já existem. A falta de interação entre as pessoas e os problemas oriundos da segregação espacial, criam dentro da cidade locais conhecidos como "lugar de rico", onde só pessoas de classes mais abastadas sentem-se à vontade para simplesmente transitar e se relacionar, e também locais conhecidos como "lugar de pobre", onde muitas pessoas evitam até mesmo passar perto, devido ao medo de sofrer qualquer forma de violência e de onde os seus moradores evitam sair, por não se sentirem à vontade para trilhar outros locais da cidade onde, segundo relatos, as pessoas "olham torcido" por terem um vocabulário restrito, dificuldades para dialogar e aparência humilde. Observa-se que a falta de interação entre as pessoas de diferentes camadas sociais se realimenta de seus próprios preconceitos, agravando

ainda mais o problema. As únicas interações que são comumente observadas são relações de trabalho e/ou de exploração. Os destinatários das Concessões de Uso para fins de Moradia não são proprietários da terra, logo eles não tem os mesmos direitos dos proprietários de outros lotes de terra dentro da cidade, como negociar ou herdar. Mesmo as Concessões facilitando o acesso aos serviços prestados pela prefeitura (como por exemplo saneamento, luz elétrica, etc. - comprovantes de residência sem os quais é impossível até mesmo matricular-se em escolas públicas), esses lotes continuam sendo espaços diferentes, menores; e as casas por terem sido construídas na informalidade e sem assessoria técnica, muitas vezes são espaços impróprios para se viver, possibilitando a proliferação de inúmeras doenças, físicas, emocionais e até mesmo problemas familiares de violência doméstica, promiscuidade, etc., devido às instalações precárias e incrivelmente pequenas. Acredito que a forma como se dão os processos de Urbanização dessas áreas é inadequado e isso tem relação com o diálogo problemático ou até mesmo inexistente entre os profissionais das áreas envolvidas. A proposta para este projeto é de um trabalho transdisciplinar, envolvendo as experiências de observação e debates com profissionais e estudantes das áreas do Direito, da Arquitetura, do Urbanismo e do Serviço Social. A idéia para este projeto nasceu da necessidade de buscar o resgate de diferentes visões a respeito de cada problema referente à temática com o intuito de promover a conciliação dessas visões, construindo diretrizes para as práticas futuras no processo de regularização fundiária; e também da necessidade de melhor desenvolver minha atuação como extensionista, impactando um número maior de envolvidos e beneficiados durante e após minha atuação. Acredito que o legado para o Grupo de Assessoria Popular e também para o Serviço de Assessoria Jurídica Universitária como todo será o produto da pesquisa, a condensação do saber que sai da Universidade, entra em contato com a comunidade, retorna à Universidade, se condensa através de debates e pode retornar à sociedade através de diversas práticas e assim sucessivamente, sendo que os sajuanos são os agentes transmissores e ao mesmo tempo os catalisadores desse processo. Acredito que a nova abordagem acerca do Direito à Moradia através do olhar do Urbanismo venha a enriquecer o acervo do SAJU, por isso a finalidade do projeto é a produção teórica à partir das experiências vividas durante o desenvolvimento das atividades propostas e o produto das discussões dentro e fora do SAJU, assim como seus resultados. Alguns dos objetivos pretendidos por esta pesquisa-ação são: - Conciliar e pautar o uso dos instrumentos jurídicos para regularização fundiária com os instrumentos de adequação do espaço urbano. - Colher e relacionar dados sobre Regularização Fundiária em Porto Alegre para que possam servir de base à futuras

pesquisas e/ou intervenções do SAJU no cenário municipal. - Propor mudanças no sistema de regularização fundiária, onde fere os seus direitos fundamentais e os padrões habitacionais e urbanísticos, colhendo exemplos reais de urbanizações que resultaram em assentamentos humanos formais mal sucedidos, resultando "regiões-problema". - Realizar estudos sobre as AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social) de Porto Alegre para servir de fomento à discussão em grupo sobre as melhores possibilidades para as comunidades atingidas e o poder público. - Construção de material de apoio para ser utilizado por todos os membros que possam ter demandas compatíveis com o assunto a ser pesquisado. A ação é pautada através da legislação específica, do material teórico já produzido e do produto filosófico das discussões realizadas em grupos - colegas extensionistas, comunidade acadêmica, comunidade civil em geral - parceiros no desenvolvimento desse trabalho. As minhas propostas buscam nesse trabalho identificar as reais demandas sociais direto do seu conflito. Ouvir o que as pessoas têm à dizer sobre o seu problema e o que desejam, como desejam estar. Acredito que, tendo a oportunidade de falar sobre seus problemas as pessoas estarão mais abertas a ouvir informações importantes sobre as condições em que estão vivendo. Por esse processo de diálogo elas se tornam participantes do processo de construção da solução para o seu problema, vislumbrando com mais clareza as razões para não poderem viver sob determinadas condições e também ficam mais instrumentalizadas para lutar por seus direitos. Acredito que dinâmicas ilustrativas e interativas facilitem a comunicação entre acadêmicos e a comunidade e pretendo usar desses métodos para devolver à sociedade o conhecimento que se condensar aqui, através dos estudos propostos.